



**PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANDU**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

**LEI Nº 1.644, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2022.**

**Autoriza a concessão de subvenção e contribuição, durante o exercício 2023 e dá outras providências.**

O Povo do Município de Itanhandu, Estado de Minas Gerais, por seus representantes, aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º.** Fica o Executivo Municipal autorizado a conceder subvenção durante o exercício de 2023 a entidades, constituídas para as finalidades listadas a seguir, observando-se os limites máximos deliberados para as mesmas:

Entidade constituída com a finalidade de:	Unidade Orçamentária	Fonte de Recurso	Valor Máximo
Serviço especializado em atendimento institucional de crianças e adolescentes	Desenvolvimento Social	500 - Recursos Ordinários	3.000,00
Atendimento ao Idoso	Desenvolvimento Social	500 - Recursos Ordinários	220.029,48
Atendimento ao Portador de Necessidades Especiais	Desenvolvimento Social	500 - Recursos Ordinários	120.848,00
Atendimento ao Portador de Necessidades Especiais	Desenvolvimento Social	660 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	93.000,00
Contribuição a Associação Protetora de Animais	Saúde	500 - Recursos Ordinários	45.996,00
Assistência a Projetos Esportivos	Esportes e Lazer	500 - Recursos Ordinários	421.218,97
Assistência a Projetos Esportivos	Esportes e Lazer	501 - Outros Recursos não Vinculados	152.054,72
Assistência a Projetos Educacionais (ENS PROF)	Educação	500 - Recursos Ordinários	439.502,42
Assistência a Projetos Culturais	Turismo e Cultura	500 - Recursos Ordinários	417.126,15
Atendimento a Educação Especial (FUNDEB)	Educação	540 - Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	223.670,00
Atendimento a Educação Especial	Educação	500 - Recursos Ordinários	198.000,00

Lei nº. 1.644 de 30.12.2022 - Projeto de Lei Executivo nº. 171 de 27.12.2022 – Aprovada em 29.12.2022.

1





## PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANDU

### SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

**Parágrafo único.** A subvenção e/ou contribuição de que trata este artigo será concedida:

I - Por intermédio de fontes de recurso próprias, mediante chamamento público ou para escolha das entidades, ou a eventual dispensa, na forma da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, alterada pela Lei Federal nº 13.204, de 14 de dezembro de 2015, e do Decreto Federal nº 8.726, de 27 de abril de 2016.

II – Quando por intermédio de fontes de recurso vinculadas por legislação própria.

**Art. 2º.** Fica o Executivo Municipal autorizado a conceder contribuição, durante o exercício de 2022, às seguintes entidades, observados os respectivos valores abaixo estabelecidos:


Entidade	Unidade Orçamentária	Fonte de Recurso	Valor (R\$)
Instituto Brasileiro de Administração Municipal - IBAM	Gabinete	500 - Recursos Ordinários	5.300,00
Associação Mineira de Municípios - A.M.M	Gabinete	500 - Recursos Ordinários	12.900,00
Confederação Nacional dos Municípios - C.N.M	Gabinete	500 - Recursos Ordinários	12.876,00
Associação dos Municípios da Micro Região do Circuito das Águas - AMAG	Gabinete	500 - Recursos Ordinários	53.000,00
Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais (EMATER)	Desenvolvimento Econômico e Agricultura	500 - Recursos Ordinários	114.031,49
Associação das Terras Altas da Mantiqueira - ATAM	Turismo e Cultura	500 - Recursos Ordinários	14.527,80

**Art. 3º.** Os recursos solicitados deverão ser liberados mediante apresentação de plano de trabalho ou proposta pela entidade interessada e de acordo com o cronograma de desembolso previamente aprovado pela Administração Municipal.

**Parágrafo único.** Para recebimento da subvenção ou contribuição, fica a entidade obrigada ao cumprimento das exigências legais pertinentes entre outras, regularidade cadastral e fiscal e a fazer prova da aplicação do que lhe foi repassado pelo Município no exercício anterior, mediante apresentação de prestação de contas dentro dos padrões estabelecidos.

**Art. 4º.** As despesas com a execução da presente lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias constantes na Lei Orçamentária de 2023.

**Art. 5º.** Esta Lei entra em vigor em 1º de janeiro de 2023.

  
Paulo Henrique Pinto Monteiro  
Prefeito Municipal

Itanhandu, 30 de dezembro de 2022.

Lei nº. 1.644 de 30.12.2022 - Projeto de Lei Executivo nº. 171 de 27.12.2022 – Aprovada em 29.12.2022.